Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
1	Thainá	3.3329 ^a S.O.	24/07/2024	Presidente Eduardo Tuma	Expediente

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Bom dia a todas e a todos.

Registro as presenças do Conselheiro Vice-Presidente Roberto Braguim, do Conselheiro Corregedor Ricardo Torres, Conselheiro Filippe Lizardo e do Conselheiro Rubens Chammas.

Há número legal. Está aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta é a Sessão Ordinária de número 3.329.

Registro, também, as presenças do Procurador Doutor Joel Tessitore, na qualidade de Chefe da Procuradoria da Fazenda Municipal, e do Procurador Doutor Fernando Henrique Minchillo Conde, bem como do Secretário-Geral Substituto Doutor Leven Mitre Vampré e da Subsecretária-Geral Doutora Rosely Chaves.

Submeto o requerimento de férias do Conselheiro Domingos Dissei, nos termos do art. 31, parágrafo único, inciso III do Regimento Interno, pelo período de 3 dias (exercício de 2024), a contar desta data - Processo TC 4.760/2016.

Em discussão.

Aprovado.

Comunicamos, com pesar, o falecimento da Senhora Solomita Messias de Sousa, mãe da estimada servidora Avalaine Messias Sousa Paz, lotada na Secretaria Geral, ocorrido no dia 18/7/2024.

O Colegiado e os servidores desta Casa apresentam os sinceros sentimentos à família por sua perda.

Considerações Preliminares

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
2	Thainá	3.3329 ^a S.O.	24/07/2024	Presidente Eduardo Tuma	Expediente

Antes de passar a palavra aos Senhores Conselheiros. Eu tenho dois... aliás, um informe, rapidamente, um vídeo da "São Paulo+", acompanhe mais um episódio da série produzida em parceria com a TV Cultura. Hoje, nós vamos mostrar a diversidade cultural brasileira, que se encontra aqui no Tribunal de Contas. Por favor.

[EXIBIÇÃO DE VÍDEO]

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Muito bem, agradecer, mais uma vez, aos servidores dessa Casa, trabalham com muito afinco, excelência, em nome do Secretário de Controle Externo Rafael Arantes, e parabenizá-los por escolher a cidade de São Paulo como seu lar e o Tribunal de Contas como seu local de trabalho. Muito obrigado.

Abro a palavra aos Senhores Conselheiros.

Conselheiro Ricardo Torres tem um vídeo para passar? Por favor.

O Sr. Cons^o Ricardo Torres - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros e servidores da Casa, na semana passada, recebemos aqui no Tribunal de Contas do Município, a pedido do Presidente Eduardo Tuma, eu acompanhei a reunião, o ex-Presidente da ATRICON, o Fábio Nogueira e o atual Presidente, o Edilson, sobre a ampliação da parceria existente na ATRICON com a Transparência Internacional.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Nós temos um vídeo, é isso? Por favor.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
3	Thainá	3.3329 ^a S.O.	24/07/2024	Presidente Eduardo Tuma	Expediente

[EXIBIÇÃO DE VÍDEO]

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - O Conselheiro Ricardo Torres, que, também, tem assumido esse papel institucional, de diálogo perante a nossa entidade de classe, assim como o Conselheiro João Antonio que faz esse papel aqui no Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Não há referendos.

O Sr. Cons^o Substituto Filippe Lizardo - Pela ordem, Senhor Presidente.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Filippe Lizardo. Por Favor.

O Sr. Cons^o Substituto Filippe Lizardo - Eu tenho um comunicado da Escola de Contas.

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, informo que a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas em parceria com o Centro de Formação em Controle Interno, vinculado a Coordenação de Promoção a Integridade da Controladoria Geral do Município de São Paulo, está realizando desde ontem, no auditório da Escola de Contas, o curso de extensão "Combate a Cartéis", com enfoque nas estações públicas, sendo esse um curso voltado para a formação de servidores e servidoras do TCM, da Controladoria Geral no Município de São Paulo e do Ministério Público de São Paulo. O referido curso é ministrado pelo Professor Rubem Accioly Pires, que é Coordenador de Inteligência

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
4	Thainá	3.3329 ^a S.O.	24/07/2024	Presidente Eduardo Tuma	Expediente

e Operações e Coordenador-Geral no Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o "CADE". Esse é o informe, Senhor Presidente.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Obrigada Conselheiro Filippe Lizardo.

Passemos, então, a Ordem do Dia.

O Conselheiro Vice-Presidente Roberto Braguim, tem três itens na sua pauta. Tem Vossa Excelência a palavra.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
5	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Douta Procuradoria, Senhores Secretários. Na minha pauta, três processos, como dito por Vossa Excelência. O primeiro deles é o TC

1) TC 12.323/2018 - Recursos "ex officio" e da Procuradoria da Fazenda Municipal interpostos em face da Decisão da 2ª Câmara da 27ª Sessão Ordinária não Presencial de 29/9/2021 - São Paulo Parcerias S.A. e Elemental Desenvolvimento Imobiliário e Concessões Ltda. - Acompanhamento - Execução Contratual - Verificar se o Contrato 07/2018/SPP, cujo objeto é a contratação de serviços de análise da situação jurídica de imóveis ou de direitos reais relativos aos imóveis de titularidade do Município de São Paulo passíveis de alienação ou outra forma de exploração econômica, que otimize o uso e retorno econômico de tais ativos, utilizando-se das estruturas negociais mais adequadas, está sendo executado de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste (FHMC)

O relatório foi encaminhado, Senhor Presidente, de modo que eu, após autorização, passarei ao voto.

[RELATÓRIO OFICIAL]

Trata-se, originariamente, de Acompanhamento da Execução do Contrato 007/2018/SPP, celebrado entre São Paulo Parcerias e Elemental Desenvolvimento Imobiliário e Concessões Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de análise da situação jurídica de

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
6	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

imóveis ou de direitos reais relativos aos imóveis de titularidade do Município de São Paulo passíveis de alienação ou outra forma de exploração econômica, que otimize o uso e retorno econômico de tais ativos, utilizando-se das estruturas negociais mais adequadas.

Consoante Decisão identificada como Peça n° 92, a Segunda Câmara desta Casa, durante a 27ª Sessão Ordinária Não Presencial, assim deliberou:

“DECIDEM os Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, com base nos pareceres unânimes dos Órgãos Técnicos desta Corte, julgar irregular a execução do Contrato 007/2018/SPP, no valor e período analisados, tendo em vista que os produtos foram entregues em desconformidade com os requisitos de qualidade e com os objetivos da contratação.

DECIDEM, à unanimidade, afastar a pretensão subsidiária da Procuradoria da Fazenda Municipal sobre o reconhecimento dos efeitos jurídicos e patrimoniais, considerando a inexecução parcial do contrato por parte da empresa Elemental Desenvolvimento Imobiliário e Concessões Ltda.

DECIDEM, afinal, à unanimidade, determinar, após cumpridas as formalidades legais, o arquivamento dos autos.”

Inconformada com a referida Decisão, a Procuradoria da Fazenda Municipal - PFM interpôs o competente Recurso Ordinário, que segue como Peça n° 100. Além disso, por força regimental, aquela deliberação submete-se igualmente a reexame necessário.

O Órgão Fazendário, em seu Recurso, requereu a reapreciação da matéria, a fim de que sejam acolhidos os atos rejeitados, ou, então, que sejam reconhecidos os efeitos financeiros deles decorrentes.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
7	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

Repisou, para tanto, os argumentos expendidos pela Administração ao longo da instrução, os quais, no entender da PFM, demonstraram que as análises levadas a cabo pela Contratada, consubstanciadas nos produtos por ela apresentados também levou em conta a análise mercadológica em relação aos imóveis objeto dos estudos, pois,

“Em síntese, toda a análise realizada pela Elemental fora composta de: (i) apresentação das premissas gerais; (ii) detalhamento das premissas fundiárias, de acordo com a planta de situação; (iii) exame das condições de zoneamento e dos parâmetros urbanísticos; e (iv) análises de mercado (relacionadas às pesquisas in loco e às bases de dados de venda, como também ao exame da vizinhança). Para cada imóvel, igualmente, fora apresentada ficha cadastral, anúncio das documentações fundiárias, georreferenciamento, planta de situação, relatório fotográfico, zoneamento urbanístico e condições ambientais.

A recomendação da destinação de cada imóvel foi realizada com base nos aspectos acima referidos, a saber, a situação fundiária, na caracterização da ocupação, na legislação e nos parâmetros urbanísticos. Ou seja, a análise do imóvel pela Contratada levou em consideração, sim, diversas variáveis apresentadas pela própria Auditoria nesta oportunidade, quando da definição da expressão ‘análise mercadológica’. Apesar de não ter base normativa, o trabalho apresentado pela Elemental possui lógica referencial que restou justificada em cada um dos produtos elaborados, de acordo com as exigências estabelecidas no Termo de Referência.

A despeito do entendimento exarado pela Auditoria, os relatórios produzidos pela Elemental possuem em média 5 (cinco) amostras de imóveis, indicando com robustez os valores referenciais de mercado.” (Destques efetuados pela PFM).

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
8	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

Nessa linha, realçou que as questões suscitadas pela Auditoria foram devidamente enfrentadas pela Administração, e que os atos praticados o foram em consonância com as normas legais vigentes, não tendo sido demonstrada a existência de vício gravíssimo, tendo restado, tão somente, impropriedades formais ou inconsistências pontuais, não suficientes para a decretação da irregularidade da execução contratual objeto destes autos.

A Assessoria Jurídica - AJ, consoante Peças n°s 106 e 107, opinou pelo conhecimento do Recurso interposto, por preenchidos os requisitos de admissibilidade, bem como do Recurso ex officio, por regimental.

Quanto ao mérito, rechaçando as alegações da PFM, opinou no sentido de que nem todas as falhas detectadas se restringem a lapsos meramente formais, mas sim em descumprimento de cláusulas contratuais, falhas na fiscalização da execução do quanto pactuado, culminando com a entrega e aceitação de produtos sem observância dos requisitos de qualidade, em desalinho com as imposições contratuais.

Na mesma oportunidade, a AJ ainda observou que os responsáveis indicados pela SCE, apesar de terem participado da instrução processual (Peça n° 27, pág. 21), não foram devidamente cientificados da r. Decisão em foco, razão pela qual submeti tal questão ao crivo do Conselheiro Domingos Dissei (Peça n° 112), Relator original do feito, que determinou, por sua vez, que as intimações faltantes fossem realizadas (Peça n° 113).

Devidamente intimados (Peças n°s 114 a 116, 118 a 121), os interessados deixaram transcorrer in albis o prazo para interposição de recursos, consoante informado na Peça n° 123.

Em prosseguimento, foi colhida nova manifestação da AJ, que tão somente reiterou seu pronunciamento anterior.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
9	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

Ouvida a Procuradoria da Fazenda Municipal - PFM, esta se postou pelo conhecimento dos Apelos e, no mérito, que lhes seja dado provimento integral.

Por fim, a SG, acompanhando a AJ, entendeu, quanto à Decisão recorrida, "que não há porque ser modificada, tendo em vista que os Nobres Conselheiros, apoiados nos pareceres técnicos, muito bem retrataram as reais circunstâncias que ensejaram a irregularidade da execução contratual", manifestando-se, assim, pelo conhecimento dos Apelos, por cumprido os requisitos necessários para tanto, e, no mérito, pelo improvimento de ambos, mantendo-se a decisão da Segunda Câmara, ora guerreada, em sua integralidade.

É o Relatório.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Em discussão a matéria. A votos.

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - Trata-se, como já disse, de Recursos ex officio e Ordinário, este interposto pela Procuradoria da Fazenda Municipal - PFM (Peça n^o 100), contra a r. Decisão da Segunda Câmara desta Casa, havida durante a 27^a Sessão Ordinária Não Presencial, a qual segue como Peça n^o 92.

As razões de Apelo da Recorrente podem ser assim sintetizadas:

A PFM busca a reforma total do quanto decidido porque, valendo-se dos argumentos expendidos pela Administração, estaria demonstrado que o instrumento em apreço foi cumprido à risca, mediante entrega dos produtos contratados e elaborados em consonância com o pactuado, além de não ter sido constatado nenhum vício

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
10	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

gravíssimo, uma vez que as falhas alvitradas foram meramente formais e não se mostraram suficientes para a decretação da irregularidade da execução contratual, ou então que, subsidiariamente, sejam reconhecidos os efeitos jurídicos, financeiros e patrimoniais decorrentes dos atos praticados.

De plano, já ressalto que os argumentos trazidos à colação pelo Órgão Fazendário não se mostraram suficientes para evitar que a Segunda Câmara decidisse pela irregularidade da execução contratual, e, neste momento processual, tampouco merecem acolhida.

Isto porque restou patenteado que as análises promovidas pela SCE revelaram que os produtos foram entregues em desconformidade com os requisitos de qualidade e com os objetivos da contratação, não havendo, ao menos nestes autos, dúvidas sobre a não ocorrência do fato, o qual, aliás, serviu para a Decisão unânime da Segunda Câmara, a qual ora se questiona.

Nessa linha, como bem apontado pela SG, quando do exame do apelo,

"... conforme a análise técnica realizada na instrução processual, AUD apresentou apontamentos técnicos e fáticos, ocasião em que concluiu que o termo contratual estava sendo executado em desacordo com as normas legais pertinentes (...), devido às impropriedades elencadas em seus relatórios de análise da execução contratual, às peças 27, 51 e 61 (...)

Naquela ocasião, restou demonstrado pela Auditoria que os produtos foram entregues em desconformidade com os requisitos de qualidade e com os objetivos da contratação, descumprindo as Cláusulas Segunda e Quinta do ajuste, bem como os itens 3.1 e 3.2 do Termo de Referência, configurando inexecução parcial". (Peça nº 132).

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
11	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

Ficou evidenciado que tal proceder implicou descumprimento da Lei Federal nº 8.666/1993, cujo art. 66 assim dispõe:

“Art. 66 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, (...) .”

Acresça-se que a aceitação de produtos desconformes deu-se em função de ineficiência na fiscalização do Contrato, de responsabilidade da Administração, fato que obstruiu o acolhimento da execução do ajuste.

No tocante ao pedido da PFM visando ao reconhecimento dos efeitos financeiros, jurídicos e patrimoniais decorrentes dos atos praticados, em especial por conta da ausência de prejuízo ao erário, verifica-se que esta questão já foi analisada no r. Julgado em foco, por meio do qual foi rejeitado pelos Nobres Conselheiros, à luz da constatação de inexecução parcial do objeto contratado.

Desta feita, os argumentos alinhavados pela PFM não possuem o condão de alterar qualquer passagem da r. Decisão recorrida, pois em nada inovaram em face das constatações e conclusões alcançadas ao longo do feito.

Assim, em face do exposto, conheço do Recurso Voluntário interposto, bem como do Apelo de Ofício, posto que preenchidos os requisitos regimentais para tanto.

No mérito, secundando a AJ e a SG, cujas manifestações passam a fazer parte integrante deste voto, nego-lhes provimento, mantendo intacta, portanto a r. Decisão de piso, identificada como Peça nº 92.

Oficie-se, na forma regimental, arquivando-se os autos, a seguir.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
12	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

É como voto.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Ricardo Torres?

O Sr. Cons^o Ricardo Torres - Com o Relator.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Filippe Lizardo?

O Sr. Cons^o Substituto Filippe Lizardo - Com o Relator.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Rubens Chammas?

O Sr. Cons^o Substituto Rubens Chammas - Com o Relator.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma Por unanimidade, são conhecidos os Recursos Voluntário e de ofício.

No mérito, é negado provimento a ambos, ficando mantida intacta a decisão recorrida, nos termos do voto do Relator Conselheiro Vice-Presidente Roberto Braguim, que continua com a palavra.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
13	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - O item 2 é o eTCM

2)TC 10.954/2020 - Secretaria Municipal da Fazenda - Auditoria Programada - Realizar o levantamento exploratório sobre os sistemas de arrecadação e dívida ativa da Prefeitura, a fim de possibilitar uma visão mais ampla sobre os sistemas existentes, órgãos responsáveis, infraestrutura tecnológica utilizada, medidas de contingência desses sistemas e seus relacionamentos - PAF 2019 (FCCF)

Relatório também já previamente encaminhado.

[RELATÓRIO OFICIAL]

Trata-se de Auditoria Programada objetivando realizar o levantamento exploratório sobre os sistemas de arrecadação da Prefeitura Municipal de São Paulo, a fim de possibilitar uma visão mais ampla sobre os sistemas existentes, órgãos responsáveis, infraestrutura tecnológica utilizada, medidas de contingência desses sistemas e seus relacionamentos.

O trabalho realizado pela equipe de Auditoria foi sintetizado no Relatório de peça 6, concluindo, em síntese, pela necessidade de melhorias nos seguintes pontos:

4.1. O Plano de Disaster Recovery dos sistemas de arrecadação deve ser amplamente conhecido pela Secretaria Municipal da Fazenda, validado e revisado pelos responsáveis pela continuidade dos negócios da Secretaria (item 3.10);

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
14	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

4.2. A política de backup para os sistemas de arrecadação deve ser revista pela Secretaria Municipal da Fazenda, tendo como base a análise de risco para cada sistema, de acordo com a sua importância e criticidade, de modo a mitigar a possibilidade de perda de dados em caso de sinistros ou de ataques cibernéticos (subitem 3.11).

Em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, foi então oficiada a Secretaria Municipal da Fazenda - SF e intimado o Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicação- COTEC-SF, para apresentação de seus argumentos, peças 8/11.

Valendo-se dessa oportunidade, a Secretaria Municipal da Fazenda informou que serão adotadas as providências necessárias para atendimento das recomendações trazidas no Relatório de Auditoria, peça 14, e, no mesmo sentido, a COTEC-SF comprometeu-se a iniciar os procedimentos administrativos para o atendimento dos itens, peça 15.

Em seu Relatório Conclusivo, a equipe de Auditoria, sugeriu a avaliação e conveniência de realizar, em futuro próximo, procedimento fiscalizatório com o objetivo de verificar a adoção das providências informadas, avaliando a efetividade das ações adotadas pela Pasta, peça 19.

A seu turno, a Procuradoria da Fazenda Municipal opinou pelo conhecimento e registro da Auditoria realizada, peça 22.

A Secretaria Geral acompanhou a sugestão de ser considerada a conveniência para realização de um novo procedimento fiscalizatório para a verificação do atendimento das recomendações, em prazo suficiente para que Administração, avalie os resultados alcançados nas melhorias implantadas.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
15	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

Concluiu, ao final, que a Auditoria Programada atingiu os objetivos estabelecidos, encontrando-se o processo em condições de ser submetido à apreciação.

É o relatório.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Em discussão a matéria. A votos.

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - Trago a julgamento Auditoria Programada objetivando a realização de levantamento exploratório sobre os sistemas de arrecadação da Prefeitura Municipal de São Paulo, a fim de possibilitar uma visão mais ampla sobre os sistemas existentes, órgãos responsáveis, infraestrutura tecnológica utilizada, medidas de contingência desses sistemas e seus relacionamentos.

A análise realizada pela Subsecretaria de Controle Externo - SCE encontra-se consubstanciada no Relatório de peça 6.

Em regular instrução, foi garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa aos interessados, peças 8/11.

A Auditoria Programada contemplou a análise sobre a infraestrutura tecnológica, integração e contingenciamento dos sistemas de arrecadação, sob responsabilidade da Prefeitura de São Paulo - Secretaria Municipal da Fazenda (SF), hospedados na Prodam, e demais sistemas a eles integrados, sob responsabilidade de outros órgãos da PMSP, concluindo pela necessidade de melhorias, indicadas nos itens 4.1 e 4.2 do Relatório de SCE.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
16	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

A Secretaria Municipal da Fazenda acolheu as referidas propostas, comprometendo-se a adotar as providências necessárias para atendê-las.

Nesse contexto, diante do exposto, CONHEÇO da Auditoria Programada, para fins de registro, posto que atingiu seus objetivos.

Acolho as recomendações inseridas nos itens 4.1 e 4.2 do Relatório de Auditoria, determinando que, oportunamente, seja realizado novo procedimento fiscalizatório, objetivando a verificação da efetivação das ações adotadas pela Pasta.

Expeça-se ofício à Secretaria Municipal da Fazenda, com cópia do Relatório, Voto e Acórdão deles decorrente.

Cumpridas as comunicações de praxe, archive-se os autos.

É como voto.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Ricardo Torres?

O Sr. Cons^o Ricardo Torres - Com o Relator.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Filippe Lizardo?

O Sr. Cons^o Substituto Filippe Lizardo - Com o Relator.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Rubens Chammas?

O Sr. Cons^o Substituto Rubens Chammas - Com o Relator.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
17	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Por unanimidade, é conhecida a Auditoria Programada, para fins de registro, posto que atingiu seus objetivos.

São acolhidas as recomendações dos itens 4.1 e 4.2, do Relatório de Auditoria, e determinada a realização de novo acerca da efetividade das ações adotadas pela Pasta.

É determinada a expedição de ofício à Secretaria Municipal da Fazenda, com cópia do Relatório, Voto e Acórdão, nos termos do voto do Relator Conselheiro Roberto Braguim, que continua com a palavra.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
18	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - O terceiro e último é o TC

3) TC 12.856/2023 - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Inspeção para verificar a regularidade e a execução do pagamento do Auxílio Aluguel instituído pela Lei Municipal n.º 17.320/2020, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 60.111/2021 e pela Portaria n.º 28/SMDHC/2021 (FCCF)

Relatório já previamente encaminhado também, Senhor Presidente.

[RELATÓRIO OFICIAL]

Em julgamento Inspeção realizada por minha determinação, peça 03, considerando a importância do acolhimento das mulheres vítimas de violência doméstica, em situação de vulnerabilidade social e o fato de a Lei Municipal n.º 17.320/2020, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 60.111/2021 e Portaria 028/SMDHC/2021 terem instituído o direito ao auxílio-aluguel, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, bem como a competência constitucional deste Tribunal, para verificar a regularidade e a execução das referidas normas.

A Secretaria de Controle Externo - SCE, peça 10, realizou Inspeção e elaborou Relatório em 04 de dezembro de 2023, anotando que a legislação municipal estabelece que mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de vulnerabilidade social têm direito a um auxílio-aluguel no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
19	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

reais) mensais, concedido por 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por 12 (doze) meses.

Identificou que os critérios para concessão do benefício são: i) estar em situação de violência; ii) possuir renda igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente; iii) estar em acompanhamento nos serviços de enfrentamento à violência contra a mulher; iv) não residir com o agressor; v) não possuir imóvel próprio.

Na análise da concessão desses benefícios, apontou a Auditoria que desde o início do pagamento ocorrido em março de 2021 até setembro de 2023, 2.290 (duas mil, duzentos e noventa) mulheres foram cadastradas no Programa. Dessas, 919 (novecentas e dezenove) encontram-se desligadas, podendo ocorrer a reativação conforme avaliação da equipe técnica. Em setembro, havia 1.371 (mil, trezentos e setenta e uma) beneficiárias recebendo o benefício, número que aumentou para 1.393 (mil, trezentos e noventa e três) em novembro.

Registrou que os desligamentos podem ocorrer pelos seguintes motivos: falta nos acompanhamentos (o que inviabiliza a atuação das profissionais na elaboração dos relatórios sociais e no trabalho com a beneficiária sobre estratégias para romper o ciclo da violência), falecimento, retorno de convivência com o agressor, perda de um dos requisitos para concessão do benefício, ou atingimento do prazo máximo de vigência.

Houve 643 (seiscentos e quarenta e três) benefícios prorrogados por 12 (doze) meses, dos quais 419 (quatrocentos e dezenove) foram desligados ao atingirem o período máximo de vigência (24 meses). Embora instituído em 2020, o auxílio-aluguel começou a ser pago apenas em março de 2021, devido à vedação de criação de programas de transferência de renda em ano eleitoral. De março de

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
20	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

2021 até novembro de 2023, foi liquidado e pago o valor aproximado de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

O Relatório, também, abordou, a questão da atualização do valor do auxílio-aluguel, para noticiar que está em fase de estudo pela SMDHC.

Com essas diretrizes, o Relatório de Inspeção sugeriu oportunidade de melhoria e elaborou uma proposta de recomendação para a SMDHC, a fim de que fosse autuado um processo SEI para cada solicitação de benefício. Isso permitiria o adequado acompanhamento da situação documental de cada solicitante antes da aprovação do benefício e o monitoramento das condicionantes para a manutenção do mesmo.

A Pasta, cientificada das conclusões do Relatório da SCE, apresentou manifestação, peça 25.

A Coordenadoria IV, à peça 29, analisou o acrescido e ratificou os achados da Auditoria e a proposta de recomendação constantes do relatório de Inspeção (peça 10). Em relação ao determinado à peça 12, a Pasta, sob alegação de necessidade de melhor examinar a situação, não adotou a sugestão formulada no relatório inicial, no sentido de autuar um processo SEI específico para cada caso, no momento em que a solicitação do Auxílio Aluguel fosse analisada (peça 10, subitem 6.1.1).

A Procuradoria da Fazenda Municipal - PFM requereu o conhecimento e registro da Inspeção.

A Secretaria Geral - SG, por sua vez, endossou as conclusões da Auditoria, reconhecendo que a Inspeção atingiu a sua finalidade e está em condições de ser submetida ao conhecimento e deliberação, sem prejuízo das recomendações e determinações que forem julgadas pertinentes.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
21	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

É o relatório.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Em discussão. A votos.

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - Determinei a análise, em Inspeção, considerando a importância do acolhimento das mulheres vítimas de violência doméstica, em situação de vulnerabilidade social e o fato de a Lei Municipal nº 17.320/2020, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 60.111/2021 e Portaria 028/SMDHC/2021 terem instituído o direito ao auxílio-aluguel, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, bem como a competência constitucional deste Tribunal, para verificar a regularidade e a execução das referidas normas.

A SCE na Inspeção analisou os critérios para a concessão do benefício de auxílio-aluguel a mulheres em situação de violência. Alguns desses critérios incluem estar em acompanhamento nos serviços de combate à violência, possuir renda igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, não residir com o agressor, e não possuir imóvel próprio.

Identificou que que, de março de 2021 a setembro de 2023, 2.290 (duas mil duzentos e noventa) mulheres foram cadastradas no programa, sendo que 919 (novecentas e dezenove) foram desligadas, podendo ser reativadas após avaliação da equipe técnica. Em setembro daquele ano, 1.371 (mil, trezentas e setenta e uma) beneficiárias recebiam o auxílio, número que aumentou para 1.393 (mil, trezentas e noventa e três) em novembro. E, também, que há a possibilidade de desligamento pela ausência da beneficiária no acompanhamento, falecimento, retorno ao convívio com o agressor, perda de requisitos para o benefício, ou atingimento do prazo máximo de vigência e que,

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
22	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

no período indicado, houve 643 (seiscentos e quarenta e três) benefícios prorrogados, com 419 (quatrocentos e dezenove) sendo desligados ao atingirem o período máximo de vigência.

E no período de março de 2021 até novembro de 2023, foram gastos cerca de R\$ 13 milhões. O relatório aborda a atualização do valor do auxílio em estudo pela municipalidade, a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, e sugere melhorias no acompanhamento documental das solicitações de benefício.

Como se verifica da instrução, o benefício tem atendido aos ditames legais no sentido de amparar as vítimas de violência doméstica e mitigar a vulnerabilidade daquelas que são colocadas à margem da sociedade com dificuldade de acessos ou são privadas dos bens socialmente produzidos, assim como dos seus direitos mais básicos tais como moradia, saúde, alimentação, educação, lazer, ficando socialmente vulneráveis.

A atuação mínima do Estado com a instituição do benefício, neste aspecto, objetiva atenuar as consequências das mulheres que sofrem esse tipo de violência.

A legislação que assegura esse direito no Município de São Paulo tem repercutido e tem encontrado outras ordens de positivação. Veja-se que na Lei Orçamentária para 2025 encontra-se dispositivo específico para esse benefício no artigo 51, incluindo previsão de reajuste pelo índice do IGP-M e, também, tramita Projeto de Lei nº 574/2023, que objetiva elevar o valor para R\$ 775,00 (setecentos e setenta e cinco reais) para os primeiros seis meses de pagamento do benefício, com aprovação por todas as comissões da Câmara Municipal de São Paulo e aprovado em primeira discussão.

Assim, conheço para registro a presente Inspeção e para determinar que a Pasta promova autuação de um processo SEI para cada

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
23	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

solicitação de benefício, objetivando permitir o adequado acompanhamento da situação documental de cada solicitante antes da aprovação do benefício e o monitoramento das condicionantes para a manutenção do mesmo.

Encaminhe-se cópia destes autos para conhecimento da Egrégia Câmara Municipal de São Paulo.

É como oriento meu voto.

Após as cautelas de praxe, arquivem-se os autos.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Revisor Ricardo Torres?

O Sr. Cons^o Ricardo Torres - Com o Relator.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Filippe Lizardo?

O Sr. Cons^o Substituto Filippe Lizardo - Com o Relator.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Rubens Chammas?

O Sr. Cons^o Substituto Rubens Chammas - Com o Relator.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Por unanimidade, é conhecida a Inspeção, e determinado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que acompanhe a situação documental de cada solicitante para a aprovação e manutenção do benefício.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
24	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Roberto Braguim	Ordem do Dia

É determinado o envio de cópia dos autos à Câmara Municipal de São Paulo, nos termos do voto do Relator Conselheiro Vice-Presidente Roberto Braguim, que assim encerra sua pauta.

Só fazer um breve comentário. A Lei 17.320/2020 tem origem no Projeto de Lei 658/2018, que era de minha autoria, é de minha autoria, essa lei, junto com outros vereadores, e a tentativa é exatamente essa de proteger as mulheres vítimas de violência doméstica, dado o fato, e aí um único elemento em relação a essa questão, da dependência muitas vezes financeira que a mulher tem do agressor, e por isso continua debaixo do mesmo teto. A tentativa dessa lei é exatamente dar guarida a essa mulher vítima de violência para que cesse, então, essa dependência financeira e ela possa ter a liberdade e autonomia plena para sair de casa, e eventualmente até com os seus progenitores, com seus filhos, e aí ter uma vida livre, longe do agressor e da agressão. Esse é o sentido dessa lei.

Então, agradecer ao Conselheiro Roberto Braguim pelo minucioso voto e pelo avanço também no tratamento dessa lei para que possamos evoluir com a aplicação da mesma. Então, obrigado, Conselheiro Vice-Presidente Roberto Braguim.

O Conselheiro Ricardo Torres tem dois itens na sua pauta. Por favor.

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
25	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Ricardo Torres	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Ricardo Torres - Senhor Presidente, exatamente. São dois. O primeiro deles é

1)TC 17.363/2021 - Secretaria Municipal de Educação - Auditoria Programada - Verificar se os requisitos dos artigos 3^o e 34 da Instrução Normativa n.º 34/2021 (e alterações) foram cumpridas quando da adesão das escolas de ensino fundamental participantes do Programa São Paulo Integral no ano de 2022 (JT)

O relatório já foi circulado.

[RELATÓRIO OFICIAL]

Trago a julgamento Auditoria Programada executada com o objetivo de avaliar o atendimento dos requisitos do art. 3^o e do art. 34 da Instrução Normativa 34/2021, que trata do programa São Paulo Integral (SP), quando da seleção das escolas de ensino fundamental no ano de 2022.

Conforme relatório de Coordenadoria à Peça 12, constam os resultados da seguinte maneira:

Espaços físicos compatíveis e extensão da jornada de permanência do educando:

4.1. Não foi encontrada nenhuma documentação que comprove que as escolas atendem os requisitos previstos nos incisos I e III do art. 3^o quanto a possuírem espaços físicos adequados e garantia da permanência dos alunos por 7 horas diárias, nos processos SEIs pesquisados (Item 3.1.).

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
26	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Ricardo Torres	Ordem do Dia

Aprovação da participação da escola no SPI pelo Conselho de Escola:

4.2. Em todos os processos da amostra foram encontradas as atas dos CEs devidamente anexadas e com a discussão do SPI, inclusive nas EMEFs dos CEUs. Dessa forma, é possível concluir que todas as escolas da amostra atenderam ao disposto no art. 3º, inciso II da IN 34/21. (Item 3.2.).

Aumento no módulo de ATEs:

4.3. O art. 34 da IN 34/21 foi parcialmente atendido na medida que há escolas que fazem parte do programa SPI (em continuidade) que não estão com o quadro de ATEs completo. (Item 3.3.).”

A Origem e os responsáveis indicados no relatório foram devidamente intimados das conclusões alcançadas pela Auditoria (peças 15/20). Resposta do Sr. Felipe de Souza Costa, Diretor do Núcleo Técnico da SME à peça 23.

A Coordenadoria II manifestou-se à peça 27, consignando que a Instrução Normativa 34/21 foi revogada pela Instrução Normativa 26/22 e, em relação aos apontamentos, assim concluiu:

Resta superada a irregularidade apontada no subitem 4.1 do relatório;

Não foram apontadas irregularidades no subitem 4.2 do relatório;

Fica mantida a irregularidade apontada no subitem 4.3 do relatório.

A Procuradoria da Fazenda Municipal, à peça 30, requereu que a auditoria seja conhecida e registrada, com encaminhamento de recomendações cabíveis à Origem.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
27	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Ricardo Torres	Ordem do Dia

A Secretaria Geral, às peças 32 e 33, entendeu que a Auditoria Programada em questão atingiu a sua finalidade e está em condições de ser submetida ao conhecimento e deliberação.

É o relatório.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Em discussão a matéria. A votos.

O Sr. Cons^o Ricardo Torres - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, servidores da Casa.

1. Inicialmente, CONHEÇO da auditoria programada executada com o objetivo de avaliar o atendimento dos requisitos do art. 3º e do art. 34 da referida Instrução Normativa, quando da seleção das escolas de ensino fundamental no ano de 2022.

2. Em observância aos resultados do exame (peça 12) passo a tecer algumas considerações:

Quanto ao item 4.1, em vistas ao fato de que a Instrução Normativa SME nº 34/21 foi revogada pela Instrução Normativa nº 26/22, cujo texto não determinou qual documento serve como comprovante do atendimento dos requisitos nela previstos, ainda que a nova regulamentação não diga respeito ao período examinado, verifico que a SME, por meio do Núcleo de Articulação Interna, alegou que a adesão ao programa é de iniciativa da unidade escolar e passa pela aprovação do Conselho da Escola, indicando ciência das condições especificadas. Assim, na esteira das Áreas Técnicas, considero que a impropriedade deve ser relevada.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
28	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Ricardo Torres	Ordem do Dia

Quanto ao item 4.2, conforme a documentação dos processos SEI constantes da amostra, sigo as Áreas Técnicas no sentido de que houve superação da questão;

Quanto ao item 4.3 do relatório, foram identificadas escolas que não possuíam o quadro de Auxiliar Técnico de Educação completo, o que evidencia o atendimento parcial do art. 34 da IN 34/21.

3. Diante do exposto, e considerando as manifestações dos Órgãos Técnicos e da Secretaria Geral, entendo que a presente Auditoria Programada alcançou os objetivos, motivo pelo qual devem ser CONHECIDAS as conclusões alcançadas para fins de REGISTRO.

Em razão dos apontamentos, RECOMENDA-SE à Origem que atue no sentido de completar o quadro de Auxiliares Técnicos de Educação nas escolas em que foram identificadas vulnerabilidades neste quesito, justificando a esta Corte eventual impossibilidade de atendimento da recomendação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias

INTIMEM-SE os interessados para ciência do presente voto e do acórdão resultante.

Após, com as cautelas de praxe, ARQUIVEM-SE os autos.

É como eu voto.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Vice-Presidente Roberto Braguim?

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - Com o Relator.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Filipe Lizardo?

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
29	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Ricardo Torres	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Substituto Filippe Lizardo - Com o Relator.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Rubens Chammas?

O Sr. Cons^o Substituto Rubens Chammas - Com o Relator.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Por unanimidade, é conhecida a Auditoria Programada, para fins de Registro.

É expedida recomendação à Origem, para que atue no sentido de completar o quadro de Auxiliares Técnicos de Educação nas escolas identificadas no quesito, ou justificar a esta Corte, no prazo de 180 dias, eventual impossibilidade de atendimento.

Determina, ainda, a expedição de intimação aos interessados para ciência do voto e do acórdão, nos termos do voto do Relator Conselheiro Ricardo Torres, que continua com a palavra.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
30	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Ricardo Torres	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Ricardo Torres - Trata-se do TC

2) TC 13.196/2023 - Techne Engenharia e Sistemas Ltda. - São Paulo Transporte S.A. - Representação interposta em face do edital de Pregão Eletrônico 27/2023/SP Trans, cujo objeto é aquisição de plataforma integrada de desenvolvimento Low Code na modalidade On Premises, abrangendo direito de uso de softwares, serviços técnicos especializados de implementação, sustentação e transferência de conhecimento (JT)

O relatório também foi circulado.

[RELATÓRIO OFICIAL]

Trago a julgamento deste E. Colegiado a Representação proposta pela empresa Techne Engenharia e Sistemas Ltda., com pedido liminar, em face do Edital de Licitação n°. 027/2023, vinculado ao PALC n° 2023/0519 e ao SEI n° 5010.2023/0013360-7, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, lançado pela empresa SÃO PAULO TRANSPORTE S/A - SPTrans, cujo objeto é a "aquisição de Plataforma Integrada de Desenvolvimento Low Code na modalidade On Premises, abrangendo direito de uso de softwares, serviços técnicos especializados de implementação, sustentação e transferência de conhecimento" (Peça 1).

Em apertada síntese, a Representante requereu a suspensão do Edital de Licitação n°. 027/2023, e, conseqüentemente, da abertura da sessão pública designada para o dia 26 de outubro de 2023, asseverando que o Instrumento Convocatório se encontraria inquinado

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
31	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Ricardo Torres	Ordem do Dia

de exigências restritivas ao caráter competitivo da licitação, como se vê abaixo (Peças 1/4):

i) proibição de que a programação visual da plataforma seja baseada em programação em blocos;

ii) exigência de que a plataforma seja obrigatoriamente instalada localmente; e

iii) licenciamento perpétuo.

Subsequentemente, a Coordenadoria VIII, em análise preliminar de auditoria (Peça 7), assim entendeu:

“Considerando o curto prazo para avaliação e a extensão do assunto, destacamos, em uma análise preliminar, a existência de possíveis restrições à competitividade, conforme mencionado pela parte representante. As exigências apresentadas no edital são escolhas discricionárias da entidade contratante e não se configuram como requisitos fundamentais para atender às necessidades da contratação. Portanto, é necessário que tais exigências sejam devidamente justificadas para não restringir a participação de licitantes que apresentem soluções que, sem essas exigências, atenderiam às necessidades da contratação com a mesma qualidade. Ademais, é essencial considerar o impacto dessas exigências na eficiência econômica do contrato, uma vez que elas têm um efeito direto no custo da solução contratada, aumentando-o. Portanto, é imperativo avaliar se os benefícios decorrentes desse aumento de custo são estritamente necessários para a contratante ou se poderiam ser alcançados igualmente por meio de alternativas que não tenda a tais exigências.”

Devidamente oficiadas, a SPTrans apresentou a sua manifestação prévia (Peças 18/19), e a SPObras, por sua vez, deixou transcorrer in albis o prazo assinalado para manifestação (Peça 20).

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
32	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Ricardo Torres	Ordem do Dia

Remetidos os autos ao crivo técnico da Auditoria, a Coordenadoria VIII apresentou o seu relatório conclusivo (Peça 23), ocasião em que concluiu pela parcial procedência da Representação, considerando-a procedente no que se refere: A exigência de que a plataforma seja obrigatoriamente instalada localmente (subitem 2.2); Ao licenciamento perpétuo (subitem 2.3) e improcedente ao que se refere: A proibição de que a programação visual da plataforma seja baseada em programação em blocos (vedação da tecnologia Blockly) (subitem 2.1).

Relativamente ao teor do supramencionado Relatório Conclusivo, a SPTrans apresentou novos esclarecimentos nos autos (Peça 29/30).

Em seu turno, a Assessoria Jurídica desta E. Corte (Peça 33) opinou pelo conhecimento da Representação, vez que cumpridos os pressupostos regimentais de admissibilidade e, no mérito, pela sua improcedência quanto o apontamento afeto à "proibição de que a linguagem de programação visual seja em blocos (tecnologia Blockly)" - (subitem 2.1 do Relatório Conclusivo da D. Auditoria), em face das justificativas técnicas apresentadas pela SPTrans (Peça 19) e na esteira do exame técnico efetuado pela Especializada (Peça 23).

Ademais, a Assessoria Jurídica, quanto aos demais apontamentos, recomendou a remessa dos presentes autos à Especializada, para exame e manifestação técnica do quanto acrescido pela Origem em sua Defesa (Peças 29-20), notadamente quanto à exigência de que plataforma seja obrigatoriamente instalada localmente (subitem 2.2 do Relatório Conclusivo - Peça 23) e ao licenciamento perpétuo (subitem 2.3 do Relatório Conclusivo - Peça 23).

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
33	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Ricardo Torres	Ordem do Dia

À vista das informações prestadas pela Origem, conjugadas ao entendimento exarado pela AJCE, a Coordenadoria VIII, em nova análise técnica, modificou o seu entendimento inicial para considerar totalmente improcedente a Representação (Peça 44).

A Procuradoria da Fazenda Municipal - PFM, em sede de manifestação processual (Peça 51), requereu que a Representação seja julgada totalmente improcedente.

Finalmente, encerrada a instrução processual, os autos foram remetidos ao crivo da D. Secretaria Geral (Peça 54/55), que entendeu pelo conhecimento da Representação e, no mérito, pela sua total improcedência.

É o relatório.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Em discussão a matéria. A votos.

O Sr. Cons^o Ricardo Torres - 1. Preliminarmente, CONHEÇO da Representação, vez que preenchidos os pressupostos de admissibilidade previstos nos termos dos arts. 54 e 55 do Regimento Interno.

2. Percorrido o exame prelibatório, procedo à análise de mérito, à luz dos esclarecimentos colacionados pela Origem, relatórios de auditoria, pareceres e respectivas defesas juntadas aos presentes autos (peças 18/19, 23, 29/30, 33/34 e 44).

3. É, portanto, o que passo a abordar.

4. Quanto ao apontamento 2.1, com fulcro na "proibição de que a linguagem de programação visual seja em blocos (tecnologia Blocky)", a Representante entendeu a sua exclusão como

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
34	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Ricardo Torres	Ordem do Dia

injustificável, e que configuraria restrição indevida à concorrência.

A Especializada, de posse dos esclarecimentos prestados pela Origem, entendeu que não há óbice à escolha de uma ou mais tecnologias para atender às necessidades da licitante, desde que essa escolha seja devidamente justificada e não importe em restrição pura e simples à competitividade.

Nessa senda, e convergindo com o entendimento da Coordenadoria VIII desta E, Corte, entendo pela improcedência do presente apontamento.

5. Relativamente ao apontamento 2.2, consistente na "exigência de que a plataforma seja obrigatoriamente instalada localmente", a Representante asseverou que tal exigência configuraria restrição à competitividade do Certame, vez que a hospedagem de dados em nuvem pública estaria maculada de incompatibilidade com o data center do Sistema de Bilhetagem Digital - SBD.

De posse, também, dos esclarecimentos prestados pela Origem, a Especializada entendeu que o procedimento licitatório está compatível com a Orientação Técnica (OT) 009 relativa a Aquisições de Serviços de Computação em Nuvem, da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT), uma vez que o conteúdo do normativo foi considerado nas especificações do novo SBD, especialmente quanto à avaliação de riscos para decidir se é aconselhável a adoção do serviço em nuvem, não havendo, portanto, restrição indevida à competitividade.

Portanto, na esteira do quanto opinado pela Coordenadoria VIII, concluo pela improcedência também do presente apontamento.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
35	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Ricardo Torres	Ordem do Dia

6. Por fim, no que tange ao apontamento 2.3, focado no "licenciamento perpétuo do software em questão, a Representante alegou riscos de restrição à competitividade do Certame, visto que não foram examinados pela Origem os riscos da situação de lock-in (Peça 23 - fls. 10/11), bem como não houve demonstração de que foram considerados e comparados os diferentes modelos de licenciamento de plataformas de desenvolvimento low code.

Lastreada nos esclarecimentos prestados pela Origem, a Especializada, em sentido diverso da exordial, corretamente verificou que foram apresentadas informações que demonstram ter havido a devida comparação com outros modelos de contratação possíveis, considerando inclusive os efeitos financeiros dos maiores investimentos iniciais, e demonstrando a vantajosidade da solução escolhida por meio de estudo comparativo com diferentes modelos em contratações de outras entidades da Administração.

Outrossim, no que atina à eventuais celeumas técnicas da situação de lock-in, a Especializada entendeu que a SPTrans, além de se encontrar ciente dos riscos inerentes ao modelo concebido, está imbuída de táticas orientadas para a minimizá-los, demonstrando que a opção escolhida é razoável e possível dentro do contexto de sua discricionariedade para optar sobre as melhores especificações técnicas em seus termos de contratação.

Portanto, considerando a inexistência de elementos informativos que indiquem eventual restrição de competitividade, concluo pela improcedência do presente apontamento.

7. À luz de todo o exposto, CONHEÇO da Representação, vez que admissível nos termos dos arts. 54 e 55 do Regimento Interno e, no mérito, julgo IMPROCEDENTES as alegações.

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
36	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Ricardo Torres	Ordem do Dia

INTIME-SE a Origem, na pessoa do Sr. Diretor-Presidente da SPTrans, bem como as demais partes interessadas no feito, para ciência do presente voto e do acórdão resultante.

Após o trânsito em julgado, e cumpridas as cautelas de praxe, arquivem-se os autos.

É como eu voto.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Revisor Conselheiro Rubens Chammas?

O Sr. Cons^o Substituto Rubens Chammas - Acompanho o Relator.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Vice-Presidente Roberto Braguim?

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - Com o Relator também.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Filippe Lizardo?

O Sr. Cons^o Substituto Filippe Lizardo - Com o Relator.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Por unanimidade, é conhecida a Representação.

No mérito, é julgada improcedente, nos termos do voto do Relator Conselheiro Corregedor Ricardo Torres, e determinada a

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
37	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Ricardo Torres	Ordem do Dia

expedição de intimação à Origem, na pessoa do Diretor-Presidente da SP Trans, e às demais partes, para ciência.

Encerrada a pauta do Conselheiro Ricardo Torres, o Conselheiro Substituto Lizardo tem um item na sua pauta. Tem Vossa Excelência a palavra.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
38	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Filippe Lizardo	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Substituto Filippe Lizardo - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Douta Procuradoria, Senhor Secretário-Geral Substituto, Senhora Subsecretária-Geral. Minha pauta é composta por um item. É o TC

1) TC 12.373/2023 - Vereador Celso Giannazi (Câmara Municipal de São Paulo), Deputado Estadual Carlos Giannazi (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) e Deputada Federal Luciene Cavalcante (Câmara dos Deputados) - Secretaria Municipal de Educação - Representação interposta em face da legalidade do Decreto Municipal n.º 62.643/2023, que estabelece a transferência do Centro Educacional Unificado - CEI Paraisópolis/Professora Marisa Motta e demais treze unidades educacionais da Diretoria Regional de Educação Campo Limpo para a Diretoria Regional de Educação Butantã (CAV)

(Advogada de Carlos A. Giannazi, Celso L. Giannasi e Luciene C. Silva: Beatriz Hernandez Branco OAB/SP 377.972 - peças 02 a 04)

Nessa matéria, Senhor Presidente, peço vênia para dispensa da leitura do relatório.

[RELATÓRIO OFICIAL]

Cuida o presente de Representação formulada pela Deputada Federal Luciene Cavalcante, pelo Vereador Celso Giannazi e pelo Deputado Estadual Carlos Giannazi, em face da transferência do Centro Educacional Unificado Paraisópolis - Professora Marisa Motta e demais treze unidades educacionais, da Diretoria Regional de Educação Campo

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
39	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Filippe Lizardo	Ordem do Dia

Limpo - DRE CL para a Diretoria Regional de Educação Butantã para DRE BT, da Secretaria Municipal de Educação.

Em breve síntese, os Representantes aduziram a pretensão de tornar nulo o Decreto Municipal nº 62.643/2023, em razão da falta de diálogo com a comunidade escolar acerca da transferência realizada no curso do ano letivo, da falta de motivação do ato e da possível falha de fiscalização dos contratos administrativos, podendo trazer riscos ao erário.

A Secretaria Municipal de Educação, oficiada para se manifestar sobre os pontos suscitados pelos Representantes, apresentou a motivação constante do processo SEI nº 6016.2023/0014296-2 que levou a Diretoria Regional do Campo Limpo a propor a transferência das unidades escolares, informando que: (i) a transferência das unidades educacionais localizadas no distrito Vila Andrade para a DRE Butantã ocorreu após parecer favorável da Pasta em relação à proposta recebida da DRE Campo Limpo; (ii) as diferentes Coordenadorias da SME foram ouvidas sem a apresentação de óbice no prosseguimento da solicitação e que, diante desse cenário, a proposta foi acatada com o entendimento de que tal reorganização poderia proporcionar melhor condição de acompanhamento administrativo e pedagógico sem gerar transtornos para as unidades; (iii) nos diferentes canais de comunicação da Secretaria não foram registrados reclamações dos profissionais das unidades ou de munícipes; (iv) os contratos das empresas terceirizadas com gestão de SME, já se encontram sob a fiscalização da DRE Butantã, com a realização de todas as tratativas necessárias pelo Núcleo de Contratos para a execução dos serviços, ressaltando que sempre que necessário, as unidades transferidas do Distrito da Vila Andrade acionam o Núcleo de Contratos, o qual toma as providências necessárias; (v) todos os contratos têm sido acompanhados e

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
40	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Filippe Lizardo	Ordem do Dia

fiscalizados adequadamente e, em nenhum momento da transição, houve paralisação ou descontinuidade dos serviços, garantindo atendimento adequado às Unidades.

Posteriormente, a Secretaria de Controle Externo, em Relatório Conclusivo, concluiu pela total improcedência da Representação, assinalando que: (i) em consulta ao processo administrativo, constatou-se que houve manifestação de diversos setores administrativos antes da edição do Decreto Municipal nº 62.643/2023; (ii) ainda que não tenha havido diálogo e debate com os gestores, com as comunidades escolares ou com os supervisores, não se constatou nenhuma infringência procedimental na redistribuição realizada; (iii) quanto ao número de escolas transferidas não procedem as ponderações dos Representantes; (iv) em que pese não estar detalhado no Decreto, as 12 escolas particulares de Educação Infantil e as 13 unidades parceiras conveniadas, localizadas no Distrito Vila Andrade, estão, desde a vigência do Decreto, sob a responsabilidade da DRE Butantã, conforme declarado pela própria Diretoria Regional de Ensino.

A Procuradoria da Fazenda Municipal acompanhou o posicionamento da Auditoria e requereu a total improcedência da Representação.

Encerrando a instrução processual, a Secretaria Geral, acompanhando as manifestações da Auditoria e da Procuradoria da Fazenda Municipal, opinou pelo conhecimento da Representação, posto que preenchidos os requisitos de admissibilidade e, no mérito, pela sua total improcedência.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Por favor. Em discussão. A votos.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
41	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Filippe Lizardo	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Substituto Filippe Lizardo - Trata o presente de Representação formulada pela Deputada Federal Luciene Cavalcante, pelo Vereador Celso Giannazi e pelo Deputado Estadual Carlos Giannazi, em face da transferência do Centro Educacional Unificado Paraisópolis - Professora Marisa Motta e demais treze unidades educacionais, da Diretoria Regional de Educação Campo Limpo - DRE CL para a Diretoria Regional de Educação Butantã - DRE BT, da Secretaria Municipal de Educação.

Preliminarmente, conheço da Representação apresentada por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade previstos no Regimento Interno desta Corte.

Conforme se verifica da instrução processual, os aspectos suscitados pelos Representantes estão relacionados, essencialmente, a três impropriedades que tornariam nulo o Decreto Municipal n^o 62.643/2023. São elas: a) falta de motivação do ato; b) falta de diálogo com a comunidade escolar da transferência realizada no curso do ano letivo; e c) possível falha de fiscalização dos contratos administrativos, eis que, com a transferência, poderá haver quebra da continuidade dos agentes fiscalizadores, com prejuízo ao erário.

No que diz respeito ao primeiro questionamento - falta de motivação do ato - a Auditoria, ao analisar o processo administrativo, constatou a adequada motivação para a prática do ato. Assinalou que no referido processo resta claro que a intenção da Diretoria Regional de Educação Campo Limpo (DRE CL) foi transferir as unidades escolares localizadas no Distrito Vila Andrade, pertencentes aos setores que correspondem ao CEU Paraisópolis e mais 13 unidades educacionais.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
42	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Filippe Lizardo	Ordem do Dia

No Relatório, a Secretaria de Controle Externo especificou que, em que pese não estar detalhado no Decreto, as 12 escolas particulares de Educação Infantil e as 13 unidades parceiras conveniadas localizadas no Distrito Vila Andrade estão, desde a vigência do Decreto, sob a responsabilidade da DRE Butantã.

Nesse aspecto, a Secretaria Municipal de Educação esclareceu que:

No Distrito de Vila Andrade, um terço da sua área apresenta uma das maiores desigualdades sociais, que é a Comunidade Paraisópolis. Numa diretoria com menos unidades, os equipamentos educacionais desse território poderão ser ainda mais orientados, apoiados e auxiliados. Essas ações bem coordenadas podem impactar até mesmo nos resultados acadêmicos dos estudantes da região.

Quanto ao segundo aspecto - falta de diálogo com a comunidade escolar da transferência realizada no curso do ano letivo - não obstante possa comportar aperfeiçoamento em situações futuras, a edição do Decreto Municipal em exame foi objeto de manifestação de diversos setores administrativos, com anuência da Diretoria Regional Butantã.

Além disso, a Secretaria Municipal de Educação informou que foi apresentada uma proposta prévia pela Diretoria Regional Campo Limpo, na qual foi expressamente solicitada a transferência e apresentados os motivos da solicitação.

No que diz respeito ao terceiro ponto - possível falha de fiscalização dos contratos administrativos, eis que, com a transferência, poderá haver quebra da continuidade dos agentes fiscalizadores, com prejuízo ao erário - da análise realizada pela Auditoria inexistem informações e evidências de que há falhas na fiscalização dos contratos.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
43	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Filippe Lizardo	Ordem do Dia

De acordo com as informações prestadas pela Origem, os contratos das empresas terceirizadas já se encontram sob a fiscalização da DRE Butantã e o Núcleo de Contratos está realizando todas as tratativas necessárias para a execução dos serviços.

Pelo exposto, conheço da Representação, diante do preenchimento dos requisitos de admissibilidade, e no mérito, diante das constatações de Auditoria, julgo-a improcedente, recomendando à Origem que modificações que afetem a comunidade escolar sejam precedidas de efetivo diálogo.

Dê-se ciência da presente Decisão aos Representantes e à Origem.

Após as providências de praxe, arquivem-se os autos.

É como voto, Senhor Presidente.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Prosseguindo a votação. Como vota o Conselheiro Vice-Presidente Roberto Braguim?

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - Com o Relator.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Com o Relator. Conselheiro Ricardo Torres?

O Sr. Cons^o Ricardo Torres - Senhor Presidente, eu queria pedir vista desse processo só por uma questão de avaliação sobre o cabimento de uma representação com o esse conteúdo.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
44	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Filippe Lizardo	Ordem do Dia

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Vista concedida ao Conselheiro Ricardo Torres na fase de votação com dois votos proferidos, tanto do Relator quanto do Revisor.

Encerrada a pauta do Conselheiro Filippe Lizardo, o Conselheiro Rubens Chammas tem três itens englobados, com a Revisão do Conselheiro Filippe Lizardo. Tem Vossa Excelência a palavra.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
45	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Substituto Rubens Chammas - Senhor Presidente, Excelentíssimos Conselheiros, Senhor Secretário-Geral Substituto, Senhora Subsecretária-Geral, Douta Procuradoria da Fazenda, saudação especial aos internautas que nos acompanham. Em minha pauta, constam três processos englobados. São os TCs

1) TC 10.818/2023 - Vereador Helio Rodrigues de Andrade (Câmara Municipal de São Paulo) - Secretaria do Governo Municipal - Representação interposta em face da adesão da Prefeitura à Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário - URAE I/Sudeste para a prestação dos serviços de coleta de esgoto sanitário e distribuição de água, tendo em vista que a contratação com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp para essa finalidade ainda estar vigente (JT)

2) TC 11.162/2023 - Deputada Federal Tabata Cláudia Amaral de Pontes (Câmara dos Deputados) - Secretaria do Governo Municipal - Representação interposta em face do contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e do convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, Município de São Paulo, com a interveniência e anuência da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp com a finalidade de implementar ações de forma associada, com vistas ao oferecimento universal e adequado dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na Capital (JT)

(Advogado da Deputada Tabata C. A. Pontes: Caio Riccioppo Azevedo OAB/SP 510.399 - peças 35 e 64)

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
46	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

3)TC 11.563/2023 - Vereador Senival Pereira de Moura (Câmara Municipal de São Paulo) - Secretaria do Governo Municipal - Representação interposta em face da adesão da Prefeitura à Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário - URAE) I/Sudeste para a prestação dos serviços de coleta de esgotamento sanitário e distribuição de água, tendo em vista que a contratação com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp para essa finalidade ainda estar vigente (JT)

(Tramitam em conjunto os TCs 11.162/2023, 10.818/2023 e 11.562/2023)

Relatório já disponibilizado, Senhor Presidente.

[RELATÓRIO OFICIAL]

Trata-se de Representação apresentada pela Exma. Deputada Federal TÁBATA CLÁUDIA AMARAL DE PONTES envolvendo o adimplemento do contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e o convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, Município de São Paulo (Contrato SABESP 199/10 e Convênio SSE-91/10).

À inicial foi protocolizado aditamento (peça 13) questionando-se a adesão da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) à Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAE) I - Sudeste, com pedido liminar cautelar, inaudita altera pars, para sustar a edição de quaisquer atos que definissem a adesão, pois alegadamente colocaria

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
47	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

em risco a execução das políticas públicas municipais de universalização do saneamento básico.

Suscitou questionamentos relativos a (i) supostos descumprimentos do Contrato SABESP 199/10 e do Convênio SSE91/10, de responsabilidade da PMSP (2.1); a suposta não realização da segunda revisão quadrienal do contrato de prestação de serviços de saneamento básico, que compreende reanálise do Plano de Investimentos e atualização das metas, estratégias e cronogramas, entre outras atividades (item 2.1.1); a suposta não realização das reuniões bimestrais previstas na cláusula III do Convênio SSE nº 091/2010, e consequente não aprovação das contas do exercício fiscal de 2022 (item 2.1.2); e (ii) suposto comprometimento das garantias referentes à execução das políticas públicas municipais de universalização do saneamento básico (2.2).

A Auditoria apresentou Relatório Preliminar em que concluiu: item 2.1.1 - parcialmente procedente, pois comprovada a ausência de tempestiva realização das revisões quadrienais, sem a apresentação de elementos comprobatórios dos demais fatos suscitados; item 2.1.2 - procedente, pois o Comitê Gestor não vem realizando reuniões bimestralmente, conforme previsto no instrumento convenial; item 2.2 - improcedente, pois em uma análise perfunctória, a adesão à URAE, por si só, não provoca efeitos imediatos sobre os ajustes vigentes e a prestação de serviços.

Indeferi o pedido liminar de suspensão de atos que definissem a adesão do Município de São Paulo à Unidade Regional de Água e Esgoto - URAE-1 Sudeste, acolhendo razões postas pela Auditoria, que assinalou: "não se constata estar demonstrado na representação o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo derivados da manutenção, por ora, do Termo de Adesão. Isso porque, como se nota, a representação se refere apenas a um suposto comprometimento do

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
48	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

cumprimento de metas futuras, alongadas no tempo. Não explica a representante de que forma o impugnado Termo de Adesão estaria comprometendo, já atualmente, e de forma direta e irreversível, o atingimento de tais metas, a ponto de justificar a imediata suspensão do Termo, mesmo antes de manifestação da PMSP a respeito, sob pena de perecimento de tais metas. Vale ressaltar o Termo de Adesão já se encontra assinado há mais de um mês e que o texto da representação se encontra aparentemente interrompido na parte em que supostamente explicaria o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (item 7, à fl. 3 da peça 13), frisando-se que, em sede de representação, a análise tem seu objeto limitado pelos elementos trazidos pela representante”.

Deu-se ciência da decisão à Representante e foi intimada a Secretaria de Governo, para manifestação sobre o Relatório Preliminar da Auditoria.

A Origem trouxe informações e esclarecimentos no prazo fixado, encaminhando também documentação como subsídios para as alegações efetuadas (peças 39 a 46).

A Representante, por sua vez, apresentou Agravo Regimental (peça 34), em que sustentou o cabimento do recurso contra a decisão interlocutória de denegação do pedido liminar, com fulcro em interpretação e aplicação do art. 150 e do art. 196 do Regimento Interno, colhendo precedentes em correlatos casos que haveriam ocorrido nos processos TC/011316/2023 e TC/017768/2021. No mérito, afirmou que a decisão merecia reforma porque a SABESP já estaria descumprindo o contrato vigente, nos termos do Relatório Preliminar, o que levantaria a dúvida a respeito do adimplemento de metas e estratégias previstas no novo contexto, ensejado pela adesão à URAE com perda do poder de polícia para o órgão intrafederativo de gestão.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
49	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

Conclui pleiteando o provimento do Agravo Regimental para que fosse suspensa cautelarmente a adesão da municipalidade à URAE-1 Sudeste.

Os autos retornaram à Auditoria, que apresentou Relatório Conclusivo (peça 49) reafirmando o entendimento já exposto no Relatório Preliminar, pela parcial procedência do item 2.1.1, procedência do item 2.1.2, e improcedência do item 2.2. No que concerne ao Agravo Regimental, a Especializada entendeu que a Representação não demonstrou danos diretos ou irreversíveis que a adesão à URAE estaria já causando ou que viria iminentemente a causar, caso não fosse imediatamente suspensa. Afirmou também que nesse panorama não haveria demonstração de efetivo dano direto ou comprometimento irreversível de metas de saneamento básico do município, cuja avaliação não pudesse aguardar o regular trâmite processual e o devido processo legal.

Em seguida os autos foram para manifestação da Assessoria Jurídica, exclusivamente acerca do Agravo Regimental. Sob essa perspectiva, o Órgão Jurídico examinou a questão a partir do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade recursal previstos no art. 140 do Regimento Interno desta Corte. Observou que a Representante não possuiria legitimidade para recorrer, tendo em vista as previsões contidas nos artigos 105 e 108 do Regimento Interno. Isso porque a possibilidade de ser autor de uma Representação perante esta Corte de Contas não se confunde com a legitimidade recursal, atribuída às partes e ao terceiro interessado, definido como aquele afetado direta ou reflexamente pela decisão da matéria. Desta forma, firmou entendimento de que o Representante, que precisa apenas ostentar a condição de cidadão, não possui interesse recursal, nem legitimidade para recorrer. Quanto ao mérito, a Assessoria Jurídica acompanhou o entendimento da Auditoria, no sentido de não haver demonstração de que a adesão à URAE-1 Sudeste

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
50	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

gerava risco iminente e inequívoco de dano ao erário (peças 51 e 52).

A seguir, a Procuradoria da Fazenda Municipal concordou com as análises feitas pela Auditoria e pela Assessoria Jurídica, assinalando ser desnecessário algo acrescer ao exame feito pelos Órgãos Técnicos, razão pela qual propugnou pela improcedência do recurso (peça 58).

Os autos foram, então, encaminhados à Secretaria Geral, que cingiu sua manifestação à apreciação dos requisitos de admissibilidade e mérito recursais do agravo interposto. Em pormenorizada análise, assinalou, então, que

“quanto aos requisitos de admissibilidade, a primeira questão a ser enfrentada é o cabimento do Agravo Regimental em face de decisão que indeferiu pedido de concessão de medida cautelar. A respeito deste tema, verifica-se que o posicionamento anterior desta Corte, em casos semelhantes, foi pela inadmissão do recurso, posto que a decisão que indefere liminar não se amoldaria a nenhuma das hipóteses previstas no art. 150 do Regimento Interno, cuja previsão encerraria um rol taxativo de decisões que poderiam ser desafiadas pelo Agravo Regimental.

Além dos precedentes citados, acompanho o entendimento da Assessoria Jurídica, no sentido de que os Autores de Representações não possuem legitimidade para recorrer, nem interesse recursal.

A Representante, no caso em tela, é deputada federal, o que denota que está no gozo de direitos políticos e, portanto, preenche o requisito da cidadania, necessário para formular Representação ou denunciar irregularidades ou ilegalidades perante esta Corte de Contas, nos termos do art. 54 do Regimento Interno.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
51	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

Diversa, no entanto, é a legitimidade recursal, estabelecida pelo art. 142, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, que é atribuída às partes do processo, ao terceiro interessado e à Procuradoria da Fazenda Municipal.

Assim, em que pese o fato da Representante haver sido eleita pelo voto popular, possuir representatividade democrática nos termos da Constituição Federal (art. 1º, parágrafo único) e poder apresentar Representação a esta Corte de Contas na qualidade de cidadã, ela não ostenta a condição de parte do processo de fiscalização, nem de terceiro interessado, aqui entendidos, respectivamente, como o responsável pelos atos administrativos em análise, ou aquele cuja esfera jurídica será atingida pela decisão que vier a ser proferida pela Corte de Contas. Encerrando a análise dos requisitos de admissibilidade do recurso, há outro fator que deve ser considerado: os limites do exercício do poder cautelar pelos Tribunais de Contas. Segundo a teoria dos poderes implícitos, para o pleno exercício das competências previstas pela Constituição, os órgãos públicos possuem os poderes implícitos necessários ao exercício de suas atribuições de forma efetiva. Por aplicação dessa teoria, o Supremo Tribunal Federal reconhece que os Tribunais de Contas possuem o poder geral de cautela, que lhes permite suspender atos administrativos, para prevenir a ocorrência de danos ao erário. Nesse sentido, aquela Corte decidiu que os Tribunais de Contas possuem legitimidade para a expedição de medidas cautelares para prevenir lesão ao erário e garantir a efetividade de suas decisões.

Esse entendimento do Supremo Tribunal Federal consolidou-se, desde então, por meio de várias outras decisões do Pretório Excelso. Todavia, o escopo desse poder cautelar é limitado, pois abrange o ato administrativo, mas não o contrato administrativo. Isso se dá por força do art. 71, §1º, da Constituição Federal que prevê,

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
52	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

expressamente, que em caso de contratação, o ato de sustação deve ser adotado pelo Poder Legislativo.

E essa distinção possui relevância central no caso em tela. A adesão à URAE-1 Sudeste pelo Município tinha, inicialmente, a natureza jurídica de ato administrativo, entendido como uma declaração unilateral de vontade da Administração Municipal, cujo teor, veicula, expressamente "o reconhecimento da necessidade de gestão associada para o exercício das funções relativas a tais serviços [abastecimento de água potável e esgotamento sanitário]". Nessas condições, a adesão à URAE-1 Sudeste podia ser objeto de medida cautelar desta Corte de Contas, tanto que foi examinada pelo Conselheiro Relator (peça 26).

No entanto, fatos supervenientes alteraram a natureza jurídica do ato de adesão, pois a gestão associada passou a existir, após uma primeira reunião dos Municípios e do Estado de São Paulo, ocorrida no dia 20 de maio próximo passado, que instaurou o Conselho Deliberativo da URAE-1 Sudeste, deu posse aos representantes do Estado, dos Municípios e da Sociedade Civil, e aprovou o Regimento Interno da URAE-1 Sudeste e o Plano Regional de Saneamento Básico .

Assim, a adesão à URAE-1 Sudeste não pode mais ser tida como um ato isolado do Município de São Paulo, passando a ter uma natureza jurídica de acordo de vontades entre vários entes federativos, de caráter multilateral, com a finalidade de gerir os serviços de água e esgoto. Tanto passa a ter caráter contratual, que caso um Município decida se retirar da URAE-1 Sudeste, será necessária a aprovação dos integrantes da URAE que sejam cotitulares de serviços de saneamento e poderá ser obrigado a efetuar um pagamento prévio de indenização à concessionária, nos termos do art. 45 do Regimento Interno aprovado.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
53	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

Considerando, então, que a adesão à URAE-1 Sudeste possui, agora, natureza contratual, esta Corte de Contas não teria competência para expedir medida cautelar de suspensão de seus efeitos, de modo que a pretensão recursal pode ser considerada prejudicada, por perda do objeto.”

E opinou, então, a Secretaria Geral, pelo não conhecimento do Agravo Regimental, por não estarem presentes os requisitos de admissibilidade recursal.

Quanto ao mérito, caso conhecido o agravo, à alegação de que o ato de adesão colocaria em risco a execução das políticas públicas municipais de universalização do saneamento básico, pela ausência de metas e estratégias específicas para o Município, entendeu que “o termo de adesão a um modelo de prestação regionalizada dos serviços, com a constituição de um agrupamento de Municípios, sublinhou que não é o instrumento jurídico que irá definir os procedimentos necessários à universalização dos serviços de saneamento, da forma preconizada pelo Marco Legislativo Federal: atendimento de 99% da população com água potável e de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033 (art. 11-B, caput)”.

Ressaltou que, consoante previsto pelo art. 17 do Novo Marco do Saneamento, “o serviço regionalizado deverá obedecer a um plano regional de saneamento básico, elaborado para o conjunto de Municípios atendidos e será este instrumento que definirá as diretrizes e metas para a universalização do serviço. Ou seja, o fato de o termo de adesão não explicitar estratégias específicas para o Município de São Paulo não coloca em risco, por si só, a execução dos serviços públicos, nem a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, que pode ser compatibilizado com o plano que vier a ser estabelecido para a respectiva Unidade Regional de Saneamento Básico. Outrossim, a legislação federal prevê, em seu

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
54	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

art. 19, vários requisitos a serem observados para esse planejamento regional, estando entre eles a previsão de que devem ser fixados objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais. Portanto, metas e estratégias específicas para o Município de São Paulo não são conteúdo que deva constar obrigatoriamente do termo de adesão à URAE1 Sudeste, de modo que a inexistência de previsão sobre tais pontos não representa probabilidade de dano ao erário ou mesmo à população, já que isso não afeta a prestação dos serviços de saneamento. Neste ponto, registra-se que o plano regional de saneamento para a URAE-1 Sudeste foi recentemente aprovado, aos 20 de maio de 2024. Também não vislumbro risco ao resultado útil do processo, em relação aos pontos de irregularidade suscitados inicialmente pela Representação, pois estes se referem à execução e ao cumprimento do contrato SABESP atualmente vigente e não à possível contratação futura que se estabelecerá com a Unidade Regional de Saneamento e a SABESP após a privatização”.

E opinou a Secretaria Geral, secundando as manifestações da Auditoria e da Assessoria Jurídica, pelo não conhecimento do recurso e, caso esse não seja o entendimento do Pleno, pelo seu não provimento, mantendo-se a decisão tal qual lançada, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É o relatório.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Em discussão a matéria. A votos.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
55	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Substituto Rubens Chammas - Peço licença, Senhor Presidente, para ir direto à conclusão do voto e solicito a publicação na íntegra do mesmo.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Ok.

O Sr. Cons^o Substituto Rubens Chammas - Aprecia-se, nessa fase processual, o Agravo Regimental interposto pela Exma. Deputada Federal TÁBATA CLÁUDIA AMARAL DE PONTES à decisão interlocutória de denegação do pedido liminar em Representação envolvendo o adimplemento do contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e o convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, Município de São Paulo (Contrato SABESP 199/10 e Convênio SSE-91/10).

Em conjunto com o TC 11.162/2023, tramitam o TC 10.818/2023 (Representação do E. Ver. Hélio Rodrigues) e o TC 11.563/2023 (Representação do E. Ver. Senival Moura) tratando da mesma matéria, mas sem interposição de Agravo Regimental aos respectivos indeferimentos de liminar suspensão do ato de adesão da Prefeitura de São Paulo.

[OS SEGUINTE PARÁGRAFOS NÃO FORAM LIDOS]

O indeferimento do pedido liminar de suspensão de atos que definissem a adesão do Município de São Paulo à Unidade Regional de Água e Esgoto - URAE-1 Sudeste, no TC 11.162/2023, sustentou-se, notadamente, em razões expostas pela Auditoria, que assinalou: "não se constata estar demonstrado na representação o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo derivados da manutenção, por

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
56	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

ora, do Termo de Adesão. Isso porque, como se nota, a representação se refere apenas a um suposto comprometimento do cumprimento de metas futuras, alongadas no tempo. Não explica a representante de que forma o impugnado Termo de Adesão estaria comprometendo, já atualmente, e de forma direta e irreversível, o atingimento de tais metas, a ponto de justificar a imediata suspensão do Termo, mesmo antes de manifestação da PMSP a respeito, sob pena de perecimento de tais metas. Vale ressaltar o Termo de Adesão já se encontra assinado há mais de um mês e que o texto da representação se encontra aparentemente interrompido na parte em que supostamente explicaria o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (item 7, à fl. 3 da peça 13), frisando-se que, em sede de representação, a análise tem seu objeto limitado pelos elementos trazidos pela representante”.

A Representante sustenta o cabimento do Agravo Regimental (peça 34) com fulcro em interpretação e aplicação dos artigos 150 e 196 do Regimento Interno. E, no mérito, afirmou que a decisão merecia reforma porque a SABESP já estaria descumprindo o contrato vigente, nos termos do Relatório Preliminar, o que levantaria a dúvida a respeito do adimplemento de metas e estratégias previstas no novo contexto, ensejado pela adesão à URAE com perda do poder de polícia para o órgão intrafederativo de gestão. Conclui pleiteando o provimento do Agravo Regimental para que fosse suspensa cautelarmente a adesão da municipalidade à URAE-1 Sudeste.

No entanto, para a Assessoria Jurídica de Controle Externo, a Procuradoria da Fazenda Municipal e para a Secretaria Geral o Agravo Regimental não deveria sequer ser conhecido, por não preencher os pressupostos de admissibilidade recursal. Anotando-se também que, no mérito, a Auditoria indicou que a Representação não demonstrara danos diretos ou irreversíveis que a adesão à URAE estaria já

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
57	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

causando ou que viria iminentemente a causar, caso não fosse imediatamente suspensa.

Com efeito, como frisou a Assessoria Jurídica no enfrentamento dos requisitos de admissibilidade do recurso, a possibilidade de ser autor de uma Representação perante esta Corte de Contas não se confunde com a legitimidade recursal, atribuída às partes e ao terceiro interessado, definido como aquele afetado direta ou reflexamente pela decisão da matéria. O Representante, que precisa apenas ostentar a condição de cidadão, não possui interesse recursal, nem legitimidade para recorrer

Nessa mesma linha o entendimento da Secretaria Geral. Observou que a Representante "é deputada federal, o que denota que está no gozo de direitos políticos e, portanto, preenche o requisito da cidadania, necessário para formular Representação ou denunciar irregularidades ou ilegalidades perante esta Corte de Contas, nos termos do art. 54 do Regimento Interno. Diversa, no entanto, é a legitimidade recursal, estabelecida pelo art. 142, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, que é atribuída às partes do processo, ao terceiro interessado e à Procuradoria da Fazenda Municipal. Assim, em que pese o fato da Representante haver sido eleita pelo voto popular, possuir representatividade democrática nos termos da Constituição Federal (art. 1º, parágrafo único) e poder apresentar Representação a esta Corte de Contas na qualidade de cidadã, ela não ostenta a condição de parte do processo de fiscalização, nem de terceiro interessado, aqui entendidos, respectivamente, como o responsável pelos atos administrativos em análise, ou aquele cuja esfera jurídica será atingida pela decisão que vier a ser proferida pela Corte de Contas".

Aludiu à teoria dos poderes implícitos, fundamento do reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal do exercício do poder

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
58	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

cautelar dos Tribunais de Contas, para ponderar que "o escopo desse poder cautelar é limitado, pois abrange o ato administrativo, mas não o contrato administrativo. Isso se dá por força do art. 71, §1º, da Constituição Federal que prevê, expressamente, que em caso de contratação, o ato de sustação deve ser adotado pelo Poder Legislativo".

Sobre essa importante distinção que o caso concreto requer, a Secretaria Geral alinhavou as seguintes considerações:

A adesão à URAE-1 Sudeste pelo Município tinha, inicialmente, a natureza jurídica de ato administrativo, entendido como uma declaração unilateral de vontade da Administração Municipal, cujo teor, veicula, expressamente "o reconhecimento da necessidade de gestão associada para o exercício das funções relativas a tais serviços [abastecimento de água potável e esgotamento sanitário]". Nessas condições, a adesão à URAE-1 Sudeste podia ser objeto de medida cautelar desta Corte de Contas, tanto que foi examinada pelo Conselheiro Relator (peça 26). No entanto, fatos supervenientes alteraram a natureza jurídica do ato de adesão, pois a gestão associada passou a existir, após uma primeira reunião dos Municípios e do Estado de São Paulo, ocorrida no dia 20 de maio próximo passado, que instaurou o Conselho Deliberativo da URAE-1 Sudeste, deu posse aos representantes do Estado, dos Municípios e da Sociedade Civil, e aprovou o Regimento Interno da URAE-1 Sudeste e o Plano Regional de Saneamento Básico . Assim, a adesão à URAE-1 Sudeste não pode mais ser tida como um ato isolado do Município de São Paulo, passando a ter uma natureza jurídica de acordo de vontades entre vários entes federativos, de caráter multilateral, com a finalidade de gerir os serviços de água e esgoto. Tanto passa a ter caráter contratual, que caso um Município decida se retirar da URAE-1 Sudeste, será necessária a aprovação dos integrantes da URAE que sejam cotitulares

Folha	Taquógrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
59	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

de serviços de saneamento e poderá ser obrigado a efetuar um pagamento prévio de indenização à concessionária, nos termos do art. 45 do Regimento Interno aprovado. Considerando, então, que a adesão à URAE-1 Sudeste possui, agora, natureza contratual, esta Corte de Contas não teria competência para expedir medida cautelar de suspensão de seus efeitos, de modo que a pretensão recursal pode ser considerada prejudicada, por perda do objeto.”

E opinou, então, a Secretaria Geral, secundado as manifestações da Assessoria Jurídica, pelo não conhecimento do Agravo Regimental, por não estarem presentes os requisitos de admissibilidade recursal. E, caso esse não seja o entendimento do Pleno, pelo seu não provimento, mantendo-se a decisão tal qual lançada, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Assim, diante do exposto e do que consta dos autos, acolhendo unânimes manifestações da Assessoria Jurídica de Controle Externo, Procuradoria da Fazenda Municipal e Secretaria Geral, voto pelo NÃO CONHECIMENTO do Agravo Regimental interposto no TC 11.162/2023, mantendo-se na íntegra a decisão que indeferiu o pedido liminar de suspensão de atos que definissem a adesão do Município de São Paulo à Unidade Regional de Água e Esgoto - URAE-1 Sudeste.

É como voto e, caso acolhido esse voto, dê-se prosseguimento à tramitação processual sobre as representações TC 11.162/2023, 10.818/2023 e 11.563/2023, com imediata remessa da matéria à Assessoria Jurídica de Controle Externo para manifestação e encerro a minha pauta, Senhor Presidente.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Dando continuidade a votação, passo a palavra ao Conselheiro Philippe Lizardo.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
60	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

O Sr. Cons^o Substituto Filippe Lizardo - Senhor Presidente, eu peço vista ao Eminentíssimo Relator. É uma questão processual envolvendo legitimidade recursal e o gabinete gostaria de estudar melhor a matéria, então peço vista por esse motivo.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Vista concedida, então, ao Conselheiro Filippe Lizardo, na fase de votação, tendo claro que o Conselheiro Rubens Chammas deliberou sobre um incidente dentro do processo da representação, que é um agravo no indeferimento do pedido de suspensão liminar feito pela Deputada Tabata Amaral em uma das representações, apesar do fato de elas serem julgadas englobadamente as três, com vista, então, ao Conselheiro Filippe Lizardo, e assim nós encerramos a pauta da sessão ordinária.

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - Sem embargo, Senhor Presidente.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Por favor. Conselheiro Roberto Braguim.

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - Eu iria pedir vista também, porque, sob a minha ótica, foi tumultuada a instrução das três representações. Elas estavam em fases processuais distintas, sendo que uma delas, inclusive, não recebeu a manifestação obrigatória, nos termos do artigo 35, II, alínea "a", do Regimento, da SG, que fala em todas as representações.

Eu ia requerer vista, mas tendo em vista o pedido do Conselheiro Filippe Lizardo, eu analisarei depois. Com o voto em

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
61	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

mãos, eu analisarei, ainda porque não entendi a manifestação "a posteriori" da AJ, depois de trazer ao Plenário. Não ficou claro para mim. Depois vou examinar.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Se nós mantivermos do jeito que está, não abrimos vista conjunta.

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - Não. Abra vista para o Conselheiro Filipe Lizardo. Eu examino o voto e, se for o caso, eu volto a pedir vista depois, mas eu em satisfação por ora.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Questiono, então, o Conselheiro Rubens Chammas. O que se está trazendo não é a representação em si, mas é o agravo regimental? É que na nossa pauta [INAUDÍVEL].

O Sr. Cons^o Roberto Braguim - Está trazendo os três.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Por isso que eu quero entender.

O Sr. Cons^o Substituto Filipe Lizardo - É englobada, mas é o agravo da Deputada Federal Tabata.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - O ideal, então, é que na nossa pauta constasse o agravo como item de julgamento e não,

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
62	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Conselheiro Substituto Rubens Chammas	Ordem do Dia

necessariamente, as representações. Essas terão um outro momento para vir a Plenário, quando elas estiverem maduras, de acordo com o Relator.

O Sr. Cons^o Substituto Filippe Lizardo - Com o término da instrução.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Isso. Com o término da instrução ou, a julgar pelo Conselheiro que preside o caso. Ok. Entendido. Prosseguimos.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
63	Flaviano	3.329 ^a S.O.	24/07/2024	Presidente Eduardo Tuma	Considerações finais

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Considerações finais. A palavra aos Senhores Conselheiros, bem como à Procuradoria da Fazenda Municipal (artigo 179 do R.I.).

Nada mais havendo a tratar convoco as Sessões da Primeira e da Segunda Câmaras, e Ordinária de número 3.330, para o dia 31 de julho de 2024, a partir das 9h30min.

Bom dia a todas e a todos.

Folha	Taquígrafo	Sessão	Data	Orador	Parte
64					